

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICA¹

Gilsilene Evangelista dos Santos e Valdeluce Nascimento Santos²

1. INTRODUÇÃO

A escolha desse tema é resultado da nossa inserção no campo de estágio, na área de Educação, no *Projeto Atenção Família-Escola* desenvolvido na Escola Comunitária Luiza Mahin, através da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. É fruto, também, de nossas reflexões pessoais e de inquietações, ao percebermos que existem poucas produções teóricas e intervenções profissionais no Serviço Social que estejam respaldadas pela questão étnica enquanto categoria de análise.

A experiência vivenciada no estágio veio a fortalecer o interesse em aprofundar o conhecimento referente à questão étnica e à ação profissional, levando-nos a refletir sobre a possibilidade de o Assistente Social qualificar a sua atuação, articulando a questão étnica com as demais categorias freqüentemente trabalhadas no Serviço Social.

Neste sentido, o nosso objetivo é compreender até que ponto o enfoque da questão étnica no Serviço Social poderá contribuir para qualificar a ação profissional e, conseqüentemente, garantir os pressupostos presentes no projeto ético-político profissional.

As relações sociais no Brasil estão marcadas pelas relações raciais, de gênero e de classe. Estas, por sua vez, não eliminam umas às outras. Ao contrário, formam um intrincado complexo de relações humanas que desafiam as clássicas áreas do conhecimento como a Sociologia, a História, a Antropologia, a Pedagogia, o Direito, a Psicologia, a Geografia, a Arquitetura, entre outras, que passam a discutir a historicidade, o espaço, o território, o mundo urbano e as cidades, na perspectiva das relações sócio-raciais. Na discussão específica das relações sociais, há muito tempo o tripé raça, ciência e sociedade marcou, fortemente, as Ciências Sociais e o caráter político ideológico das elites brasileiras, em que as teorias raciais se destacam pela exaltação à miscigenação como forma de “embranquecer” a raça brasileira. As relações sociais estão marcadas, também, pela violência, discriminação, opressão e todo tipo de preconceito.

Construíram-se, nas relações sociais, formas autoritárias e violentas para resolver os conflitos. A negação do outro como sujeito de direito permitiu fazer da diferença instrumento para a perpetuação das desigualdades e discriminações. Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – PNAD 1998, mostram que, em relação ao analfabetismo em Salvador, o percentual de afro-descendentes maiores de 15 anos é de 9%. Já entre os brancos esta taxa é de 2,6%. A renda *per capita* dos afro-descendentes é de 1,67 salários mínimos. A dos brancos é de 5,4 salários mínimos. Verificamos que há uma disparidade gritante entre as condições de vida da população branca e as dos afro-descendentes, e que o modelo brasileiro de relações raciais não tem garantido políticas de igualdade para os grupos étnicos que compõem esse País.

No mundo da Educação, indispensável para o desenvolvimento do conhecimento humano, da troca de saberes, a escola não desenvolveu projetos e metodologias pedagógicas anti-racistas e antidiscriminatórias. Com isso, a história das populações negra e indígena, principalmente, permanece como uma lacuna na história do ensino brasileiro. As marcas do preconceito racial e social no livro pedagógico foram denunciadas por vários autores, inclusive Ana Célia Silva (1995) em *A Discriminação do Negro no Livro Didático*, e o Ministério da Educação eliminou, em 1998, mais de 200 títulos da relação dos livros didáticos oficiais que eram distribuídos gratuitamente para escolas e para os professores. Isto mostra como a escola tem sido um espaço de transmissão da cultura dominante e racista da elite brasileira.

¹ Projeto de monografia para conclusão do Curso de Serviço Social realizado sob a orientação das Professoras Jacy de Souza Costa Fernandes e Márcia Conceição Martins Correia.

² Acadêmicas do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

O material didático constitui-se uma parte do grave problema. A outra, tão grave quanto se refere à “postura” do educador, ao seu compromisso didático-pedagógico com o combate às discriminações e ao preconceito – combinados com as precárias propostas de formação de educadores apresentadas pelos governos e setores da sociedade civil – cujas conseqüências mais graves na população afro-descendente são a perda da auto-estima, a rejeição ao outro de etnia semelhante e a rejeição e falta de respeito por parte dos brancos e outros agrupamentos étnicos.

Alguns estudiosos afirmam que a formação do professor é um dos elementos-chave na desestigmatização da imagem do negro; logo, estratégias como o conhecimento de conceitos relativos a etnocentrismo, cultura, relações interétnicas, minorias, aculturação, distúrbios de identidade e a dinâmica de dominação-subordinação – que rege as relações entre os indivíduos numa sociedade multi-cultural e pluri-étnica – devem compor o quadro teórico da formação do professor. Enfim, essas marcas sedimentam a formação do Estado, dos espaços de poder e da vida cotidiana da população.

Pensando na função social dos diversos profissionais é que nos propomos a introduzir o estudo acerca dessa problemática na ação profissional do Assistente Social, aqui entendida a partir de Marilda Iamamoto (2003, p. 10), quando afirma que a leitura hoje predominante da “prática profissional” é de que tal ação não deve ser concebida isoladamente, fechada em si mesma, mas incluindo os seus condicionantes – sejam eles internos, considerados os que dependem do desempenho do profissional, e externos, que são determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. Partindo desta reflexão, entendemos a ação profissional como processo de trabalho, como um trabalho focalizado e participante dos processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sócio-políticas, bem como, do processo de acumulação, sendo moldado em função das condições das relações sociais específicas em que se realiza.

Para Faleiros (1999, p. 133) o Serviço Social se insere de forma contraditória nas relações sociais em uma sociedade capitalista e constata, também, que a profissão sustenta, “[...] ao mesmo tempo, as necessidades imediatas de reprodução da força de trabalho e principalmente das camadas excluídas da produção”. Refletindo sobre as camadas excluídas da produção, às quais o autor se refere, percebemos que no Brasil estas, em sua maioria, são constituídas por afro-índio-descendente. Nas análises da pirâmide social, a população negra ocupa os mais baixos estratos. É flagrante a enorme concentração de negros nas faixas de menor renda da população brasileira, evidenciando que esta é a população usuária dos serviços sociais. Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2000, uma das mais completas pesquisas que têm corte racial, constata a inalterada situação do fosso que separa negros e não-negros na estrutura social brasileira ao longo de todo o século XX. Dados dão conta de que 64% da população é negra, contra 36% não-negra; 69% dos indigentes são negros, contra 31% de não-negros.

Diante desta realidade, é fundamental analisar como se desdobra a ação profissional do Assistente Social face à população usuária dos seus serviços, do ponto de vista ético, teórico e metodológico, com um viés que inclua a questão étnica, a fim de avaliar até que ponto as Assistentes Sociais estão garantindo os pressupostos presentes no Código de Ética ou reproduzindo as relações sociais estabelecidas nesta sociedade, ainda com resquícios de ideologias racistas.

Em uma sociedade em que o negro ainda é considerado incapaz, preguiçoso, irresponsável – como se isto fosse uma questão individual e não coletiva, que foi construída por uma ideologia dominante racista –, como se pode reconhecer a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela referentes, zelando pela autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais? Como é possível se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a pluralidade, a participação dos diversos grupos, o respeito à diversidade e à discussão das diferenças se, enquanto Assistentes Sociais, não compreendermos essas diferenças? Como realizar o exercício do Serviço Social sem ser discriminado e sem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, raça/etnia e religião?

É de fundamental importância ressaltar que é papel do profissional a consolidação do projeto ético-político profissional, e que este deve se materializar na ação profissional cotidiana, visto que

foi construído coletivamente, o que constitui a imagem ideal da profissão e, como tal, possui uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios.

2. METODOLOGIA

Para a construção desse trabalho utilizaremos a história oral como referência teórica e metodológica, mediante coleta de dados, a partir dos depoimentos de Assistentes Sociais que atuam na Região Metropolitana de Salvador, objetivando identificar a presença ou não da questão étnica como categoria analítica e, conseqüentemente, os desdobramentos éticos, teóricos e metodológicos na ação profissional. Os depoimentos serão gravados e transcritos, no período de junho a agosto de 2003, para serem analisados posteriormente e utilizados nesta produção de conhecimento. Utilizaremos, também, estudos referentes ao Serviço Social e sobre a questão étnica historicamente, estabelecendo um diálogo entre estas fontes de pesquisa.

3. RESULTADOS / CONCLUSÃO

Temos como expectativa de resultados do Projeto verificar as afirmações que se seguem, construídas a partir das diversas experiências no processo de formação profissional: em sua proposta curricular, a formação profissional não inclui a questão étnica, ou seja, esta categoria é vista como desnecessária para o arcabouço teórico do profissional; na ação profissional, é minoritária a presença da questão étnica como categoria de análise, o que não contribui para a efetivação dos princípios fundamentais presentes no projeto ético-político profissional; existem poucas produções teóricas na área de Serviço Social que enfoquem a questão étnica como categoria de análise, e isto pode ser fruto da carência desta categoria na formação profissional; ao abordar a questão étnica na profissão, o Serviço Social cumprirá seu papel social, pois estará colocando o seu conhecimento a serviço da sociedade, bem como estará incentivando o respeito à diversidade e repensando, não só as relações sociais, mas também as raciais; há necessidade de produções teóricas que abordem essa categoria analítica para embasar a ação profissional do Assistente Social.

4. REFERÊNCIAS

CORREIA, Márcia Conceição Martins. *Formação Familiar Negra. Vozes de gerações de mulheres.* (Dissertação de Mestrado do Programa Interinstitucional em História Social). PUC/SP, UCSal, UNEB, UESC, 1999.

CRESS 7º R. **Coletânea de Leis e Resoluções.** Assistente Social: Ética e Direitos, 3. ed. atualizada. Rio de Janeiro: 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SILVA, Ana Célia da. **A Discriminação do Negro no Livro Didático**. Salvador: CEAO / CED, 1995.

_____. Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.